

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA**
2 **(CTC) DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL –**
3 **CEIVAP E DO GRUPO DE TRABALHO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL (GTAI) DO**
4 **CEIVAP, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE 2013, NO HOTEL VIVENDA**
5 **PENEDO, EM ITATIAIA – RJ** Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e treze, instalou-se a 1ª
6 Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP (CTC) e Grupo de Trabalho de
7 Articulação Institucional (GTAI) do CEIVAP, em Itatiaia/RJ, com a **presença dos seguintes membros da**
8 **Câmara Técnica:** Minas Gerais – Paulo Afonso Valverde Junior (CESAMA), Matheus Machado Cremonese
9 (PREA); Rio de Janeiro – Fátima Casarin (INEA), Luiz Paulo Viana (INEA), Breno Felipe Eblen (Prefeitura de
10 Areal), Humberto Dias Souza (Prefeitura de Barra do Piraí), Antônio Carlos Simões (CSN), Alexandre
11 Nascimento (Light Energia), Eduardo Schlaepfer (CEDAE), Vera Lúcia Teixeira (Nosso Vale! Nossa Vida),
12 Roberto Machado (Instituto Rio Carioca); São Paulo – Wanderley de Abreu (DAEE), Zeila Piotto (CIESP
13 Taubaté), Danilo Vergílio (FIESP), Renato Veneziani (SABESP), Maria Clarisse Garcia (CAB-Guaratinguetá),
14 Teresa Cristina Brazil (EEL/USP), Rutnei Morato (SOAPEDRA); dos **seguintes membros do Grupo de**
15 **Trabalho de Articulação Institucional:** Fátima Casarin (INEA), Leonardo Fernandes (INEA), Paulo Afonso
16 Valverde Júnior (CBH Preto Paraibuna/MG), Renato Veneziani (CBH Paraíba do Sul/SP), João Gomes (CBH
17 Baixo Paraíba do Sul/RJ), dos **seguintes convidados:** Aline Alvarenga (AGEVAP), Daiane dos Santos,
18 (AGEVAP), Mariana Facioli (AGEVAP), Isabel Moreira (AGEVAP), Raíssa Galdino (AGEVAP), Osman
19 Fernandes (ANA), Zenilson Coutinho (Asflucan), Fátima Soares (INEA), Anselmo Federico (INEA), Marina
20 Adel (Universidade do Edinburgo), Marcos Vinícios dos Reis (CSN), Rogério Bigio (Continental), João Bosco
21 Senra (Continental), Christina Rodrigues (Instituto Rio Carioca), José Augusto Castro (COHIDRO), Celso
22 Ávila (COHIDRO); e **justificadas as seguintes ausências:** Juliana Guarino (Prefeitura Municipal de Muriaé),
23 Carlos Cabral (IAP), Luiz Roberto Barreti (ABES/SP), Virgílio Furtado (AMPAR); **para tratar da seguinte**
24 **pauta:** Aprovação dos produtos referentes à revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do
25 Sul que estão prontos. Conferido o quórum, o Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP, Sr.
26 Paulo Valverde (Cesama), abriu a 1ª Reunião Extraordinária da CTC de 2013 agradecendo a presença de todos.
27 O Sr. Paulo Valverde (Cesama) iniciou o encontro explicando o que havia acontecido na reunião anterior, e
28 apresentando a proposta de roteiro para presente reunião. O primeiro passo será discutir procedimentos e
29 prazos, segundo, apresentação e aprovação do cronograma, e na seqüência, as demais apresentações. A Sra.
30 Zeila Piotto (CIESP Taubaté) apresentou uma proposta determinando procedimentos e metodologias de trabalho
31 para acompanhamento da Revisão do Plano de Bacia. Os relatórios da COHIDRO deverão ser disponibilizados
32 aos membros da CTC e aos convidados com antecedência de 7 dias em relação as reuniões da CTC ou outras
33 nas quais este assunto sejam tema. Alguns temas em especial, mediante demanda do CEIVAP, a COHIDRO
34 deverá apresentar seus produtos à CTC de forma complementar ao trabalho da Continental. A empresa
35 Continental deverá disponibilizar em seus materiais informações mais detalhadas e sistematizadas para
36 possibilitar a análise crítica da CTC e demais envolvidos, com conteúdo abrangendo os seguintes itens: Situação
37 geral do projeto – principais itens do cronograma e sua situação em termos de atendimento dos prazos (no
38 prazo, em alerta e atrasado), produtos entregues, e pendências; Título(s) e produto(s) analisado(s); Arquivos
39 base da COHIDRO e locais de acesso; Objetivos e conteúdo previsto no relatório; Atendimento dos prazos e do
40 TDR; Resumo dos principais itens relacionados ao objetivo, destacando (e explicitando) os pontos relevantes
41 identificados pela COHIDRO; Análise crítica e propositiva do produto; Recomendações à CTC/CEIVAP.

42 **ENCAMINHAMENTO** – *Nas reuniões da CTC em que estiver como item de pauta acompanhamento da*
43 *revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, um técnico da empresa responsável*
44 *deverá estar presente para dar esclarecimentos e sanar possíveis dúvidas.* **ENCAMINHAMENTO** – A
45 AGEVAP deverá formatar e encaminhar a proposta de acompanhamento da revisão do Plano de Bacia,
46 elaborada pela Sra. Zeila Piotto, para os membros da Câmara Técnica e GTAI. O Sr. José Augusto Castro
47 (COHIDRO) começou sua apresentação falando sobre o cronograma de trabalho. O Sr. Paulo Valverde
48 (Cesama) comentou que em função da mudança de coordenação e nova composição da CTC possivelmente será
49 necessário alguns ajustes no cronograma de trabalho proposto pela empresa, e que qualquer proposição da
50 COHIDRO deve ser formalizada e analisada pela Agevap. O Sr. Osman Fernandes (ANA) destacou o fato de
51 que alterar o cronograma é normal, desde que as partes envolvidas tenham conhecimento e estejam de acordo
52 com a mudança, uma vez que o atraso de entrega de produto pode gerar consequência financeira á empresa; por
53 isso a necessidade de estar bem definido as solicitações de alterações no cronograma de trabalho. O Sr. José
54 Augusto Castro (COHIDRO) retomou sua apresentação falando que o contrato iniciou em novembro de 2012, e
55 que no dia 24 de janeiro de 2013 foi realizada a primeira reunião de apresentação do Plano. Explicou que na
56 primeira revisão do Plano, o cronograma foi mantido para não alterar os prazos do contrato. A redefinição dos
57 limites das unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro implicou no
58 desenvolvimento de outros trabalhos que não estavam previstos no cronograma. O plano de trabalho foi o
59 primeiro produto entregue, foi visto e re-visto, várias contribuições foram incorporadas, e ele foi aprovado.
60 Todos os itens do Plano e prazos para elaboração, entrega e aprovação de produtos podem ser observados em
61 documento disponibilizado. As atividades de apoio, previstas para o começo, passaram para o final, por
62 sugestão. O processo de levantamento e atualização da base cartográfica já foi iniciado, e o Sistema de
63 Informações Geográficas (SIG) está em andamento, inclusive há uma apresentação específica para
64 entendimento do tema. O Sr. Paulo Valverde (Cesama) comentou que existe uma base cartográfica do Paraíba
65 do sul em execução, e que foi uma demanda espontânea apresentada pela Funcab, e o que for produzido para o
66 plano tem que ser compatível com o que está sendo elaborado pela Funcab. O Sr. José Augusto Castro
67 (COHIDRO) disse que todos os produtos gerados ao longo do processo serão incorporados ao SIG plano,

68 inclusive está previsto no cronograma demandas relacionadas ao SIG, como conhecimento da concepção e
69 operacionalização do SIG, uma espécie de treinamento. O Sr. Roberto Machado (Instituto Rio Carioca)
70 ressaltou a importância de haver um grupo de trabalho específico com conhecimento em SIG e base cartográfica
71 para definir as necessidades. **ENCAMINHAMENTO** – *Criar um Grupo de Trabalho para discutir sobre*
72 *Sistema de Informação Geográfica (SIG), no intuito de acompanhar os trabalhos da COHIDRO referentes à*
73 *esse assunto, e também em outros processos.* Em virtude dos imprevistos que aconteceram, tais quais, novo
74 composição do CEIVAP e CTC, análise dos produtos, a questão da redefinição dos limites das unidades de
75 planejamento e gestão do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. José Augusto Castro (COHIDRO) explicou a
76 necessidade de ajustar os prazos do cronograma, propondo assim um aditivo de tempo, sem custo. A Sra.
77 Mariana Facioli (AGEVAP) falou que a ideia foi trazer o cronograma para analisar a possibilidade de ampliação
78 de prazos, e determinar os prazos e perspectivas, lembrando que o Plano está previsto para ser entregue em julho
79 de 2014. A Sra. Zeila Piotto (CIESP Taubaté) se manifestou dizendo que a discussão de prazos e a forma como
80 isso será feito mereceria uma reunião a parte, para conversar quais são as informações fundamentais que não
81 podem atrasar. **ENCAMINHAMENTO** – *A COHIDRO deverá encaminhar a proposta do novo cronograma de*
82 *trabalho para o contrato de revisão do Plano de Bacia para AGEVAP em um prazo de 7 (sete) dias, para que a*
83 *mesma análise, considerando os prazos previstos em seu Contrato de Gestão, e encaminhe para os membros da*
84 *CTC e GTAI.* O Sr. José Augusto Castro (COHIDRO) comentou, sobre a questão da aprovação, que a
85 COHIDRO elabora e envia para a AGEVAP para que ela encaminhe para a Continental. A Continental analisa,
86 a AGEVAP passa as considerações para a COHIDRO, para que a empresa incorpore as considerações no Plano.
87 A versão que chega para a Câmara Técnica é a versão revisada dos documentos. A Sra. Zeila Piotto (CIESP
88 Taubaté) comentou que a COHIDRO ganharia tempo se enviasse a versão para análise da Continental e da CTC
89 simultaneamente, seria mais funcional o trabalho. Foi dado andamento na reunião passando-se para as
90 apresentações dos Relatórios elaborados e análises. O Sr. Rogério Bigio (Continental) iniciou fazendo uma
91 colocação, contando que AGEVAP solicitou, a pedido do Comitê Preto e Paraíba, que a Continental fosse ao
92 Comitê fazer uma explanação sobre a Revisão do Plano. Falou que o Comitê criou um grupo de trabalho para
93 acompanhamento do Plano de Bacia. Disse que a reunião foi boa, proveitosa, e que os representantes
94 interagiram. O Sr. Rogério Bigio (Continental) se colocou a disposição para fazer a mesma apresentação em
95 cada Comitê que manifestar interesse, levando a ideia de criação de um grupo de trabalho em cada Comitê para
96 acompanhar o Plano. O Sr. João Gomes (CBH Baixo Paraíba do Sul) manifestou interesse em receber a
97 apresentação da empresa Continental. O Sr. João Bosco Senra (Continental) iniciou a apresentação referente a
98 Análise do RP 3 da COHIDRO – Identificação e Avaliação das Rede de Monitoramento Quali-quantitativas,
99 explicando o objetivo do relatório, que é caracterizar a rede de monitoramento quali-quantitativa existente na
100 bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, identificando deficiências existentes, de forma a subsidiar o
101 atendimento das necessidades e exigências do monitoramento para fins de planejamento e gestão dos recursos
102 hídricos. Apresentou o conteúdo, que é composto pela Rede de Monitoramento Hidrológico, Rede de
103 Monitoramento de Qualidade da Água e Conclusões. Relacionado ao atendimento ao cronograma, TDR e
104 Plano de Trabalho, falou que o Relatório consolidado atende à totalidade do que prescrevem o TDR e o PTC, e
105 que as contribuições dadas pela Continental foram a incorporação do texto da ANA e a portaria nela citada e a
106 sistematização das informações em tabelas, segundo as bacias dos CBHs afluentes ao rio Paraíba do Sul que
107 serão efetuadas no Relatório de Balanço Hídrico, e a indicação de ações prioritárias para aprimoramento nas
108 redes de monitoramento (estadual e federal), que será objeto de estudos por ocasião da Etapa Propositiva. Sobre
109 os pontos relevantes relacionados ao objetivo destacou que o Relatório apresenta na introdução a questão da
110 hidrologia e uso das águas e destacando o objetivo do relatório. Ao tratar da Rede de Monitoramento
111 Hidrológico, apresenta por meio de tabelas e mapas as estações fluviométricas e pluviométricas com sua
112 localização por ordem dos números e nomes dos postos que estão em operação com as coordenadas, órgão
113 responsável por cada uma delas, cursos d'água, atividades e características e a data de início de cada estação,
114 expondo ainda que das 1.300 estações hidrometeorológicas já instaladas na bacia hidrográfica do rio Paraíba do
115 Sul, a metade delas é fluviométrica e apenas 300 ainda estão em operação. Apresentou tabelas dos postos
116 fluviométricos divididos por estado e sub-bacias, destacando que o número de estações fluviométricas por Km²
117 por Estado está bem distribuído e aproximadamente com a mesma proporção. Já na distribuição por sub-bacia
118 pode-se observar uma disparidade maior de estações por km², entre elas, e registra-se que há disponível, além
119 das citadas, séries naturais geradas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) em 20 pontos de
120 UHE/UEL/PCH/AHE onde a energia é explorada. Apresentou também tabelas dos postos pluviométricos
121 divididos por estado e sub-bacias, destacando que das 640 estações pluviométricas instaladas apenas 347 estão
122 em operação. Pode-se observar uma disparidade maior de estações por Km² por Estado, onde SP apresenta três
123 vezes mais que MG e duas vezes mais postos que o RJ. A mesma disparidade distributiva ocorre nas sub-bacias.
124 Quanto a rede de monitoramento da qualidade da água o estudo teve por objetivo mapear a rede existente de
125 forma a se obter dados secundários fornecidos pelos órgãos gestores de recursos hídricos dos estados de São
126 Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Foram apresentadas por meio de tabelas e mapa as estações de
127 monitoramento da qualidade das águas relacionando: curso de água onde está localizada, qual entidade
128 monitora, número de parâmetros avaliados, coordenadas de localização e o período de dados. Mostrou tabelas
129 referentes ao Resumo da RNQA na bacia do Rio Paraíba do Sul e áreas anexas, Periodicidade e número de
130 pontos e parâmetros de qualidade avaliados no estudo, os parâmetros mínimos a serem analisados em todos os
131 pontos da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade de Águas Superficiais divididos por categorias. No
132 Produto foram apresentadas ainda duas tabelas, uma com dados do INEA e outra da CEMIG, onde foram
133 pesquisados os dados de fitoplâncton. Para a avaliação dos dados de fitoplâncton, com ênfase nas cianobactérias
134 foram estudados os dados de 13 estações do INEA e as informações relativas a 4 reservatórios de usinas

135 operadas pela CEMIG. Constatou-se, ao longo do diagnóstico, a escassez de informações sobre a qualidade da
136 água de ambientes lênticos para algumas sub-bacias com empreendimentos hidrelétricos como é o caso dos Rios
137 Pomba, Muriaé e Paraibuna. A análise crítica do produto é a seguinte: Não havia sido considerado o texto
138 “Alocação de água em pontos de controle”, assim como a Portaria citada, enviado à CTC pela ANA, que trata
139 das diretrizes para a rede de monitoramento quali-quantitativo, houve diversas correções e complementações em
140 relação ao texto, alteração na introdução e foi solicitado que as tabelas fossem refeitas. As conclusões foram que
141 após o Balanço Hídrico, será abordado o redimensionamento da rede e parâmetros de qualidade das águas,
142 visando dotar a Bacia Hidrográfica de uma Rede Moderna, com adoção das premissas estabelecidas pela
143 Agência Nacional de Águas – ANA para o Projeto da Rede de Monitoramento de Qualidade das Águas
144 Superficiais – RNQA, elaborado no âmbito do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas –
145 PNQA; na Etapa Propositiva será apresentado um Programa Especial sobre as ações para aprimoramento das
146 redes de monitoramento que levará em conta a otimização da Rede, sua modernização e o levantamento de
147 custos necessários à sua implementação, e nessa mesma etapa será levado em conta as recomendações da ANA
148 quanto ao uso dos conceitos da Portaria nº 62, de 26 de março de 2013, na orientação para definição dos Pontos
149 de Controle de Alocação de Água. As recomendações da Continental à CTC são as seguintes: Discutir meios
150 que possam contribuir para ampliar informações sobre a qualidade da água de ambientes lênticos; Debater e
151 definir proposta sobre alocação de água em pontos de controle; e Concentrar atenção no debate sobre a
152 indicação de ações prioritárias para aprimoramento das redes de monitoramento na Etapa Propositiva.

153 **ENCAMINHAMENTO** – *Sobre o produto RP-03 Monitoramento Quali-Quantitativo, os membros da CTC e*
154 *GTAI deverão encaminhar suas contribuições para o e-mail do Sr. Paulo Valverde e para Sra. Mariana Facioli*
155 *(AGEVAP) até o dia 05/07/13. A Coordenação da CTC enviará para a AGEVAP e a COHIDRO até o dia*
156 *10/07/13, e a COHIDRO enviará a versão revisada e atualizada do RP-03 para a AGEVAP e para a CTC até o*
157 *dia 15/07/2013.* **ENCAMINHAMENTO** – *Os Órgãos Gestores (IGAM, INEA e CETESB) irão se reunir com a*
158 *ANA para elaborar uma Nota Técnica referente ao RP-03. Posteriormente, enviarão para AGEVAP, CTC e*
159 *GTAI. O Relatório não foi aprovado, devendo ser revisto, levando-se em conta as considerações que foram*
160 *feitas durante esta reunião e ainda as que serão feitas e enviadas pelos membros da CTC à empresa dentro do*
161 *prazo determinado. O Sr. João Bosco Senra (Continental) iniciou a segunda apresentação referente a Análise do*
162 *RP 02 da COHIDRO – Análise do Arcabouço Legal, explicando o objetivo que era uma análise sobre a*
163 *convergência da legislação dos três Estados que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – MG,*
164 *RJ e SP – em relação às disposições relativas aos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos,*
165 *constantes na Lei nº 9.433, de 1997, na regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Recursos*
166 *Hídricos – CNRH e na regulação estabelecida pela Agência Nacional de Águas – ANA, mediante a verificação*
167 *da existência de possíveis conflitos e a indicação das necessidades de adequação/complementação na legislação*
168 *dos Estados. Apresentou o conteúdo previsto no Relatório que é composto pela Análise da Legislação dos*
169 *Estados e pela nova Lei de Proteção da Vegetação Nativa. Sobre o atendimento ao cronograma, TDR e Plano de*
170 *Trabalho falou que o Relatório consolidado apresentado pela COHIDRO atende a totalidade do que prescreve o*
171 *TDR e o PTC. Sobre os pontos relevantes relacionados ao objetivo ressaltou que o Relatório apresenta*
172 *abordagem analítica da legislação federal de recursos hídricos e destaca a necessidade de convergência entre as*
173 *legislações nacional e estaduais; ele discorre e analisa as legislações dos Estados de MG, RJ e SP, e a nova lei*
174 *de proteção de vegetação nativa, a qual é considerada frente aos seus reflexos nas legislações de recursos*
175 *hídricos e nas deliberações do CEIVAP; e quanto aos Instrumentos das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos*
176 *de MG, RJ e SP, e que de um modo geral, constatou-se que a legislação destes Estados, nela incluídas as*
177 *Resoluções dos Conselhos Estaduais, possui satisfatória conformação com a Lei nº 9.433/97, e com a*
178 *regulamentação realizada pelo CNRH; observa-se que a que possui menor convergência é a Lei paulista, por ter*
179 *sido ela anterior à própria Lei nº 9.433/97, a qual, apesar de ter se inspirado na Lei paulista, incorporou*
180 *importantes avanços presentes na maioria das leis estaduais; destaca alguns excessos cometidos pelos*
181 *legisladores paulista e fluminense e sugere correção no que se refere à outorga e à cobrança pelo uso dos*
182 *recursos hídricos em SP, e em relação à cobrança pelo uso de recursos hídricos no RJ; ressalta que muitas*
183 *inovações produzidas no âmbito dos Estados serviram para suprir lacunas presentes na legislação nacional ou*
184 *simplesmente para adaptar a aplicação do instrumento ou tema à realidade institucional local, sem qualquer*
185 *prejuízo para esta aplicação; as alterações à legislação sugeridas no relatório são em pequeno número; sugere*
186 *algumas necessárias regulamentações, a cargo dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; e quanto à Lei nº*
187 *12.651, de 25 de maio de 2012, que estabeleceu normas gerais sobre a proteção da vegetação nativa e revogou a*
188 *Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), bem como a Lei nº 7.754, de 14 de abril de 1989,*
189 *aponta-se a ocorrência de impactos diretos na Política Nacional de Recursos Hídricos, com a criação de novas*
190 *atribuições para os órgãos integrantes do SINGREH, em especial os Conselhos Nacional e Estaduais de*
191 *Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia Hidrográfica e os órgãos gestores de recursos hídricos. A análise crítica*
192 *do produto é a seguinte: O texto retrata uma excelente pesquisa e poucas correções foram necessárias; a análise*
193 *apresentada, com as devidas comparações, é procedente e o encaminhamento proposto está adequado; foi*
194 *recomendada a referência no capítulo que analisa a legislação mineira, à Deliberação Normativa CERH - MG nº*
195 *09, de 16 de junho de 2004, que define os usos insubstituíveis para as circunscrições hidrográficas no Estado de*
196 *Minas Gerais. As conclusões da Continental foram as seguintes: A análise acurada sobre a legislação dos*
197 *Estados da Bacia do Rio Paraíba do Sul – MG, RJ e SP – mais especificamente quanto aos instrumentos da*
198 *Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/97, nas regulamentações do CNRH e na regulação*
199 *estabelecida pela ANA; aponta possíveis conflitos e a indicação das necessidades de*
200 *adequação/complementação na legislação dos Estados; analisa as possíveis adequações na legislação dos*
201 *Estados, e normas estabelecidas pelo CEIVAP, em face da lei de proteção da vegetação nativa, Lei nº*

202 12.651/2012, quanto às áreas de proteção permanente, incluídas as faixas marginais que incorpora a questão
203 hídrica em alguns itens; a proposta apresentada pela COHIDRO atende à totalidade do que prescreve o TDR. As
204 recomendações da Continental à CTC são as seguintes: Análise da proposta de criação de um GT ou Câmara
205 Técnica temporária com representantes dos vários setores do Comitê, da ANA e dos três Estados, com poder de
206 internalizar as discussões no âmbito das Políticas Estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos de cada
207 Estado, para dar os encaminhamentos sugeridos no relatório. E também acompanhar os encaminhamentos e
208 recomendações do GT ou Câmara Técnica temporária, após análise e aprovação do Plenário do CEIVAP,
209 ocasião em que se espera que tenham obtido o comprometimento de sua adoção por parte dos Estados que
210 compõem a Bacia, deverão ser implementados pelos Estados e encaminhados também aos demais órgãos e
211 entidades pertinentes do SINGREH, como o CNRH, para avaliação e adoção dos procedimentos que lhes sejam
212 competentes. **ENCAMINHAMENTO** – *Sobre o produto RP-02 Análise do Arcabouço Legal, os membros da*
213 *CTC e GTAI deverão encaminhar suas contribuições para o e-mail do Sr. Paulo Valverde e para Sra. Mariana*
214 *Facioli (AGEVAP) até o dia 05/07/13. A Coordenação da CTC enviará para a AGEVAP e a COHIDRO até o*
215 *dia 10/07/13, e a COHIDRO enviará a versão revisada e atualizada do RP-02 para a AGEVAP e para a CTC*
216 *até o dia 15/07/2013.* **ENCAMINHAMENTO** – *Encaminhar as apresentações da Continental para os*
217 *membros da Câmara Técnica e GTAI.* O Relatório não foi aprovado, devendo ser revisto, levando-se em conta
218 as considerações que foram feitas durante esta reunião e ainda as que serão feitas e enviadas pelos membros da
219 CTC à empresa dentro do prazo determinado. A Sra. Mariana Facioli (AGEVAP) destacou que cada vez que o
220 cronograma sofre alteração, um termo aditivo tem que ser feito. O cronograma tem que ser aprovado pela CTC,
221 então quando a COHIDRO enviar o cronograma atualizado, justificando cada ação, será necessário um retorno
222 da CTC aprovando. O Sr. Paulo Valverde destacou que a aprovação de um novo cronograma deve levar em
223 consideração a análise técnica da AGEVAP, que é a responsável pelo contrato. A questão das Oficinas com os
224 Usuários e Sociedade Civil, previstas no Plano, foi colocada em pauta. O Sr. José Augusto Castro (COHIDRO)
225 lembrou que as oficinas estavam previstas para o início da etapa do diagnóstico, mas por sugestões, foi passada
226 para o fim. Comentou também que as visitas aos Comitês Afluentes da Bacia estão previstas para o final dessa
227 mesma etapa. Disse que o escopo das oficinas foi elaborado com base no serviço contratado. O Sr. Paulo
228 Valverde (Cesama) ressaltou que o principal objetivo é colher informações de dois segmentos importantes na
229 gestão de recursos hídricos. O Sr. Matheus Cremonese (PREA) disse que a questão das oficinas estava gerando
230 confusão desde a reunião anterior, e então ele se ofereceu para enviar uma sugestão para elaboração da
231 metodologia das oficinas, e encaminhou um modelo de oficina realizada pelo IEF/MG. Contou que tem
232 participado de muitas conferências e oficinas e é tudo muito semelhante, e que todas têm seguido quase a
233 mesma regra, a mesma forma de organização, e então se sentiu confortável para contribuir. Falou sobre as
234 possibilidades de organização da programação. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (Nosso Vale! Nossa Vida) comentou
235 sobre o documento das oficinas que foi disponibilizado, onde não foi identificado os nomes e segmentos dos
236 representantes da diretoria do CEIVAP. O Sr. Osman Fernandes (ANA) se manifestou, em relação as oficinas,
237 dizendo que a coleta de informações é muito importante, mas mais importante é o formato em que isso será
238 aplicado. **ENCAMINHAMENTO** – *As Oficinas com Usuários e Sociedade Civil foram aprovadas pela CTC e*
239 *pelo GTAI. As datas ficaram pendentes em função da atualização do cronograma de trabalho. A COHIDRO*
240 *deverá detalhar a metodologia das oficinas, segundo as contribuições dadas. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (Nosso*
241 *Vale! Nossa Vida) convidou a COHIDRO para a próxima reunião plenária do CBH Médio Paraíba do Sul. Não*
242 *havendo mais nada a tratar, o Coordenador deu por encerrada a 1ª Reunião Extraordinária da Câmara*
243 *Técnica Consultiva do CEIVAP, agradecendo a participação de todos. A presente ata foi lavrada por mim,*
244 *Raíssa Galdino, Secretária ad hoc, e, depois de aprovada, foi assinada pelo Coordenador da CTC, Sr. Paulo*
245 *Valverde, que presidiu a reunião.*

246
247
248
249 Itatiaia, 27 de junho de 2013.

250
251
252 Paulo Afonso Valverde Júnior
253 **Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP**